PREFEITURA DE SÃO PAULO

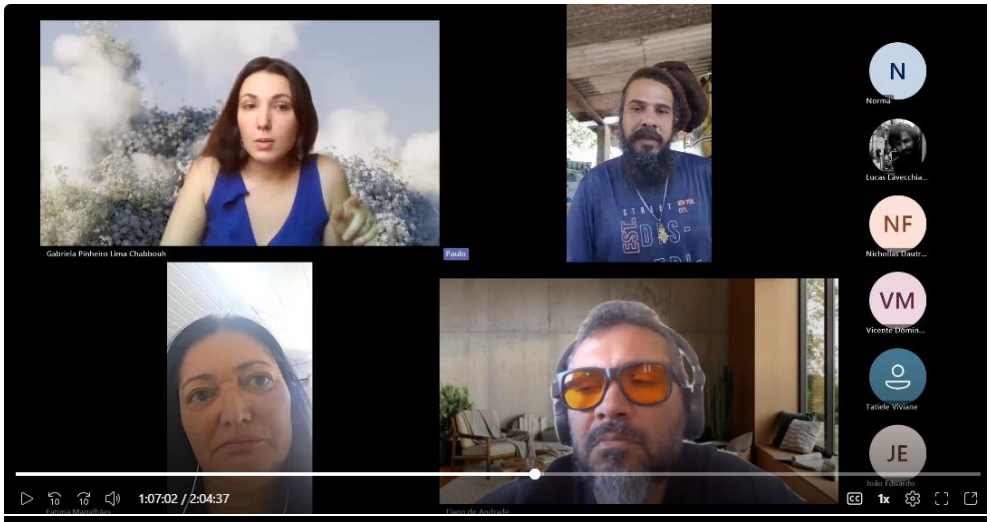
ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL CABECEIRAS DO ARICANDUVA

Dia 29 de novembro de 2025, domingo, das 10h00 às 12h00
Reunião on-line

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença e o registro fotográfico foram realizados a contento, conforme orientado pela Portaria Municipal nº 049/SVMA.GAJ/2020.

Segue abaixo registros fotográficos (prints) da reunião:





PAUTAS DO DIA

I. Apresentação dos projetos e obras referentes ao cumprimento do TCA 37/2009 pela Ecourbis: Cercamento e requalificação dos núcleos do PNMCA; Centro de Referência Ambiental no Morro do Cruzeiro. - Lucas Lavechia, Divisão de Implantação, Projetos e Obras - SVMA/CGPABI/DIPO
II. Formação de Câmara Técnica para acompanhamento de assuntos relacionados ao aterro CTL (proposta da conselheira Roseli)
III. Como propor projetos de Educação Ambiental para o Centro de Referência Ambiental do Morro do Cruzeiro - UMAPAZ
IV. Asfaltamento ruas Morro do Cruzeiro - com representantes da sub São Mateus e Secretaria de Obras para esclarecimentos

I. Apresentação das Obras do TCA 37/2009: Cercamento do PNMCA e Implantação do Centro de Referência Ambiental

O primeiro ponto da reunião tratou da apresentação dos projetos e obras vinculados ao cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental nº 37/2009, de responsabilidade da Ecourbis. A exposição foi conduzida por Lucas Lavechia, da Divisão de Implantação, Projetos e Obras (DIPO), que apresentou o panorama geral do andamento do TCA e detalhou as intervenções previstas para o Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva, incluindo o cercamento da unidade e a requalificação dos núcleos existentes.

Lucas destacou que o cercamento tem como principal objetivo reforçar a proteção da área, reduzir pressões antrópicas e permitir maior controle sobre acessos irregulares. Em seguida, apresentou as etapas do projeto do Centro de Referência Ambiental a ser implantado no Morro do Cruzeiro, enfatizando que o equipamento será destinado ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa, disseminação de práticas sustentáveis e apoio às ações da gestão da unidade.

Os conselheiros manifestaram dúvidas sobre prazos de execução, licenciamento, previsão de entrega e a compatibilização das obras com o Plano de Manejo do PNMCA. Lucas respondeu que as fases estão avançando conforme o cronograma ajustado com a Ecourbis e que retornará na próxima reunião com uma atualização detalhada dos prazos e condicionantes.

II. Proposta de Criação da Câmara Técnica de Acompanhamento do Aterro CTL

No segundo ponto da pauta, a conselheira Roseli apresentou sua proposta de criação de uma Câmara Técnica destinada ao acompanhamento dos assuntos relacionados ao Aterro CTL. Roseli justificou que, devido à complexidade dos impactos ambientais associados ao aterro — incluindo emissões, drenagem, odor, processos de licenciamento e monitoramento de áreas adjacentes — é fundamental que o Conselho disponha de um grupo especializado para tratar exclusivamente dessas questões.

Os conselheiros concordaram com a importância da iniciativa. Alguns participantes ressaltaram que, historicamente, os temas relacionados ao CTL exigem leitura técnica de documentos e acompanhamento contínuo de condicionantes ambientais, além de diálogo constante com os órgãos responsáveis, o que justifica uma instância dedicada. Também foi ressaltado que a Câmara Técnica fortalecerá a transparência e ampliará a participação da comunidade nas decisões que impactam diretamente o território. A proposta foi bem acolhida e ficará em fase de composição, devendo retornar para aprovação final na próxima reunião.

III. Diretrizes para submissão de Projetos de educação ambiental

O terceiro ponto abordou o processo de submissão de projetos de educação ambiental que poderão ser desenvolvidos no futuro Centro de Referência Ambiental do Morro do Cruzeiro, equipamento que ficará sob coordenação da UMAPAZ. A equipe técnica explicou que o Centro funcionará como espaço de formação socioambiental, produção de conhecimento, atividades comunitárias e difusão de práticas sustentáveis.

Foram discutidos critérios preliminares para a apresentação de propostas, incluindo adequação temática, coerência metodológica, potencial de impacto socioambiental e alinhamento às diretrizes da SVMA. Os conselheiros levantaram sugestões sobre temas prioritários, como restauração ecológica, manejo de unidades de conservação, proteção de nascentes, resíduos sólidos e práticas comunitárias de conservação.

Representantes da UMAPAZ reforçaram que o espaço será construído com forte participação local e que as propostas poderão ser apresentadas tanto por instituições quanto por coletivos e membros do Conselho. Ficou encaminhado que a UMAPAZ apresentará, em reunião futura, um modelo formal de submissão, com prazos, etapas de avaliação e critérios objetivos.

IV. Esclarecimento sobre Asfaltamento das ruas do morro do cruzeiro

O quarto ponto tratou da situação do asfaltamento das ruas do Morro do Cruzeiro, tema trazido pelos moradores e conselheiros em razão das dificuldades enfrentadas pela comunidade. Representantes da Subprefeitura de São Mateus e da Secretaria Municipal de Obras participaram da reunião e ofereceram esclarecimentos sobre o andamento do processo. Segundo os técnicos, o projeto de pavimentação ainda está em fase de análise, dependendo de estudos complementares sobre drenagem, circulação, segurança e impacto ambiental, especialmente devido à proximidade das vias com áreas sensíveis do Parque Natural.

Moradores relataram problemas recorrentes, como acesso precário, erosões frequentes, riscos em dias de chuva e dificuldades para circulação de veículos de emergência. Solicitaram maior transparência quanto aos prazos e às etapas do projeto. As equipes da Subprefeitura informaram que algumas adequações são necessárias antes que o projeto possa avançar, e se comprometeram a encaminhar ao Conselho um relatório com o estágio atual do processo, estudos complementares solicitados e previsão de encaminhamentos futuros. O Conselho reforçou a importância do diálogo contínuo entre as instituições e a comunidade, a fim de garantir uma solução segura e ambientalmente adequada.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando registrados em ata os assuntos discutidos, as contribuições dos participantes e os encaminhamentos definidos. A presente ata será encaminhada aos membros do conselho para leitura, manifestação e posterior aprovação.